

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 9

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ministros se dividem sobre uso de dados do Coaf 3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Conta do IR será maior para 0,1% dos brasileiros 4

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas de apostas online faturaram R\$ 17,4 bi no 1º semestre 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Agenda Brasil discute reforma administrativa 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacote contra tarifaço de Trump vai incluir empresas fornecedoras 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lula cobra de ministros defesa da soberania e manda recados a Trump, Bolsonaro e 'big techs'
..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

UE defende regulação de big techs após ameaça de Trump 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Motta inclui PEC da blindagem na pauta de votações desta semana 17

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Golpe de Trump contra o Fed é risco à economia global (Editorial) 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

IPCA-15 tem primeira deflação em dois anos 20

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
ECONOMIA

Interferência de Trump no Fed enfraquece o dólar e afeta taxas de títulos do Tesouro
americano 21

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
SEGURIDADE SOCIAL

Consulado pede que brasileiro ande com contrato de trabalho nas ruas de Portugal 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Governo reforça presença na CPMI do INSS 23

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

SP afasta auditores e Tarcísio promete rigor 25

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Salários de aprendizes entram no cálculo da contribuição previdenciária patronal..... 27

O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Para ter sucesso, CPI do INSS deve evitar armadilhas29

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
SEGURIDADE SOCIAL

CPI vai ouvir 55 pessoas, como Careca do INSS, Lupi e ex-ministros da Previdência desde governo Dilma; entenda 30

Ministros se dividem sobre uso de dados do Coaf

O debate sobre a necessidade ou não de autorização judicial para a requisição de relatórios de inteligência ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) divide o Supremo Tribunal Federal (STF). Os ministros já reconheceram que o STF precisa dar uma resposta objetiva sobre o tema para pôr fim a interpretações divergentes nas instâncias inferiores do Judiciário, mas estão longe de um consenso.

Gilmar Mendes, decano do STF, decidiu anteontem que o Ministério Público e as autoridades policiais não podem requisitar dados diretamente ao Coaf, especialmente em apurações preliminares, ou seja, antes da instauração formal de um inquérito. Ele argumentou na decisão que, por envolver informações protegidas por sigilo, os chamados RIFs (relatórios de inteligência financeira) devem seguir padrões rigorosos de análise e controle, com supervisão judicial.

Com a decisão, o decano se contrapõe internamente a Alexandre de Moraes, que mandou suspender todos os processos que anularam relatórios do Coaf produzidos sem autorização da Justiça. Moraes proibiu "interpretações que condicionem o prosseguimento das investigações à prévia confirmação da validade do relatório de inteligência, criando entraves indevidos à persecução penal". A decisão de Gilmar vale apenas para casos concretos que ele decidiu. Já a liminar de Moraes tem alcance nacional.

Os posicionamentos de Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes espelham as interpretações divergentes que vêm sendo aplicadas pelo próprio STF e expõem a divisão do tribunal em torno do assunto.

DIVERGÊNCIA. A Primeira Turma, onde atua Moraes, considera que a produção e o compartilhamento dos relatórios com os órgãos de investigação dispensam autorização da Justiça. Já a Segunda Turma, presidida por Gilmar, entende que a produção de informações depende de supervisão judicial. A falta de um pronunciamento definitivo do STF sobre o assunto vem gerando a anulação de investigações nas instâncias inferiores.

Em 2019, o STF autorizou o amplo compartilhamento de informações da **Receita Federal** e do Coaf com órgãos de investigação, como Ministério Público e Polícia Federal, sem necessidade de expressa

autorização judicial.

Ocorre que, desde então, um novo debate foi inaugurado no Sistema de Justiça: se há a necessidade ou não de autorização para a requisição de informações, etapa anterior ao compartilhamento dos dados. É esse o ponto que o STF precisa enfrentar agora.

A falta de um pronunciamento definitivo do STF sobre o assunto vem gerando a anulação de investigações nas instâncias inferiores.

Promotor de carreira, Moraes deve se alinhar aos órgãos de investigação no julgamento. Os RIFs servem como um ponto de partida importante para as investigações, especialmente para inquéritos que envolvem cadeias complexas de lavagem de dinheiro. O ministro já manifestou preocupação com a eficácia dessas investigações.

"INÓCUO". Promotores consideram que, se o STF exigir autorização judicial para a requisição dos RIFs, o julgamento anterior, que permitiu o compartilhamento direto dos relatórios, se tornará inócuo. Além disso, os órgãos de persecução penal argumentam que os pedidos ao Coaf tornam os inquéritos mais eficientes.

Já Gilmar vê com reservas a possibilidade de promotores e delegados requisitarem informações ao Coaf, sobretudo se não houver procedimentos formalmente instaurados.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Conta do IR será maior para 0,1% dos brasileiros

As medidas de compensação do projeto de lei (PL) que amplia a isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para quem recebe até R\$ 5 mi 1 por mês -na mira da Câmara, onde parte dos parlamentares já se articula para desidratá-las -se baseiam no aumento da cobrança de quem ganha mais, mas quem mais sentirá no bolso a conta é o grupo de cerca de 200 mil brasileiros de maior renda (0,1% do total da população).

Para boa parte das pessoas, inclusive aquelas que podem ser consideradas de classe média alta ou alta, pouco mudará, como mostra a análise das mudanças para cinco grupos diferentes de contribuintes, descritas a seguir pelo GLOBO.

Segundo estimativas do economista Guilherme Klein Martins, professor da Universidade de Leeds, no Reino Unido, e pesquisador do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made), da USP, as alíquotas efetivas (a taxa percentual do quanto do rendimento total é pago de IRPF) de quem está no grupo dos 5% de maior renda, mas fora do topo do 1%, já está muito perto de 10%.

A taxa mínima de 10% de IRPF para quem ganha acima de R\$ 50 mil por mês, ou R\$ 600 mil por ano, é a principal medida de compensação proposta pelo Ministério da Fazenda no PL. Para quem já paga 10% ou mais, nada mudará.

No seletivo grupo do 0,1% mais rico, formado por pouco mais de 100 mil brasileiros, o rendimento médio mensal é de R\$ 392 mil, segundo cálculos dos pesquisadores do Made, com dados da **Receita Federal**. E pagam em média 7,4% de IRPF. No grupo de 0,01%, essa média cai para 3%, estima Klein.

- É muito absurda a alíquota efetiva dos super-ricos no Brasil. E muito baixa -disse o pesquisador, ressaltando que além de criar um rombo fiscal, a desidratação das medidas de compensação aumentaria a desigualdade de renda. -Olhando friamente para os números, aumentaria a desigualdade.

Os trabalhadores com carteira assinada e salário de até R\$ 5.000 ao mês ficarão isentos do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), conforme o PL proposto pelo governo. Hoje está isento quem ganha até R\$ 3.036 ao mês (o equivalente a dois salários

mínimos). Quem ganha de R\$ 3.036 a R\$ 3.533,31 ao mês paga alíquota de 7,5% (com dedução de R\$ 182,16, para garantir que quem ganha R\$ 3.037 siga isento). Esse percentual vai subindo conforme as faixas de rendimento até alcançar 27,5%, acima de R\$ 5.830,85 (com dedução de R\$ 908,73). A alíquota efetiva (a taxa percentual do quanto do rendimento total é pago de IRPF) é menor, porque considera as de-

Na proposta em discussão na Câmara, haverá uma tabela específica para quem ganha de R\$ 5.000 a R\$ 7.350 ao mês. As alíquotas serão progressivas, subindo aos poucos conforme a renda aumenta, e haverá uma dedução automática, para evitar que quem ganha pouco acima de R\$ 5.000 ao mês pague IRPF e, portanto, acabe com um salário líquido abaixo do limite da isenção. Com isso, quem ganha entre R\$ 5.000 e R\$ 7.350 ao mês pagará menos IRPF do que hoje.

Dentistas, arquitetos, advogados e outros profissionais liberais com carteira assinada e salário superior a R\$

50.000 ao mês seguirão com a atual alíquota de 27,5% de IRPF descontada em folha. Apenas estará sujeito à cobrança do IRPF mínimo quem ganha acima de R\$ 50 mil ao mês e tem alíquota efetiva abaixo da nova tabela da alíquota mínima. Para quem ganha de R\$ 50.000 a R\$ 100.000 por mês (de R\$ 600.000 a R\$ 1,2 milhão por ano), a alíquota mínima subirá aos poucos até chegar a 10%, na faixa superior. Os brasileiros que pagam a maior alíquota efetiva são os que têm renda média de R\$ 29.685 ao mês, com quase 12% de IRPF -ou seja, para eles, nada mudará. A partir dessa faixa de renda, a taxa efetiva vai caindo, segundo os cálculos de Klein. O grupo que está no 0,1% de maior renda do país ganha em média R\$ 392.582 por mês e paga alíquota efetiva de 7,4%. Esses brasileiros passarão a pagar o mínimo de 10%, com aumento de tributação.

é o caso de um médico que tenha seu consultório, um engenheiro que tenha uma consultoria ou um arquiteto com seu escritório-, e tem ha rendimento mensal de R\$ 55 mil. Aem-presa recolhe Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) por alíquotas que variam conforme a faixa de faturamento e seguirá dessa forma. Para as empresas do Simples, nada muda. A remuneração desse profissional, sócio-proprietário da

empresa, é paga por meio de dividendos, ou seja, a distribuição dos lucros da firma. Hoje, esse tipo de rendimento é isento de IRPF. Para saber se pagará IRPF mínimo, o profissional deverá calcular sua alíquota efetiva, incluindo no cálculo todos os seus rendimentos, até os dividendos. Na hipótese de toda a renda do profissional vir de dividendos, ele hoje paga zero de IRPF; na nova regra, pagará a alíquota mínima conforme a nova tabela - para renda anual de R\$ 660 mil, abaixo de 2,5%. Quem receber mais de R\$ 50.000 ao mês em dividendos pagará IRPF na fonte, de 10%, que poderá ser eventualmente restituído, após a declaração anual de ajuste, caso a alíquota efetiva fique acima da que deveria conforme a nova tabela.

Nesse caso, também vale a soma de todos os rendimentos, calculando a alíquota efetiva. O total, considerando o rendimento recebido de carteira assinada - sobre o qual continuará incidindo a alíquota de 27,5% recolhida em folha - e demais rendimentos, será tributado pela nova regra se exceder os R\$ 600 mil anuais. Se, ao fazer a declaração de ajuste, a alíquota efetiva, que considerará o IRPF retido na fonte, ficar acima de 10%, nada mudará para esse profissional.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Empresas de apostas online faturaram R\$ 17,4 bi no 1º semestre

As empresas de apostas e de jogos online faturaram R\$ 174 bilhões no primeiro semestre deste ano, informou nessa terça-feira (26) Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda.

Esse valor, segundo o governo, representa o total de apostas, menos os prêmios pagos, o que pode ser indicado como o gasto efetivo dos apostadores no período.

Os dados englobam as 78 empresas autorizadas pelo Ministério da Fazenda a operar no país, totalizando 82bets (marcas).

"O nosso objetivo é, a partir de agora, fazer divulgações periódicas da atuação da SPA e da evolução do mercado de apostas de quota fixa no Brasil, cumprindo o compromisso deste governo com a transparência e, sobretudo, prestando contas à sociedade acerca das responsabilidades do Estado e dos atores privados", afirmou Regis Dudena, secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

De acordo com o Ministério da Fazenda: 17,7 milhões de brasileiros realizaram apostas nos sites e aplicativos no primeiro semestre;

A média de gasto por aposta-dor ativo foi de cerca de R\$ 983

por semestre ou R\$ 164 por mês.

71% dos apostadores são homens e 28,9% são mulheres;

Em relação às faixas etárias, a com mais apostadores é a de 31 a 40 anos: 27,8%.

Os que têm de 18 a 25 anos são 22,4%; 22,2% têm de 25 a 30 anos;

16,9% dos apostadores têm entre 41 e 50 anos; 7,8% têm de 51 a 60 anos e 2,1% têm de 61 a 70 anos.

Na semana passada, a Secretaria da **Receita Federal** já havia informado que a tributação de bets e loterias rendeu aos cofres públicos R\$ 4,73 bilhões nos sete primeiros meses deste ano.

Desse valor total, R\$ 2,1 bilhões referem-se a loterias e, o restante, cerca de R\$ 2,6 bilhões, à taxação das empresas de apostas esportivas.

Aprovada pela Câmara dos Deputados no fim de 2023, a tributação das bets foi uma das medidas defendidas pela equipe econômica do governo para elevar a arrecadação federal.

A norma prevê o pagamento de **impostos** por empresas e apostadores, bem como estabelece regras para a exploração das apostas e define a distribuição dos recursos arrecadados pelo governo com a atividade.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6584#book>

Agenda Brasil discute reforma administrativa

Considerada fundamental para a modernização do Estado brasileiro, prestação de melhores serviços aos cidadãos, eficiência da máquina pública e redução do déficit fiscal, a proposta de reforma administrativa será apresentada ao Congresso nas próximas semanas, segundo o relator da proposta, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ). O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republica-nos-PB), diz que a pauta é prioritária e a expectativa é de votação já em setembro. A reforma é o tema da segunda edição do Agenda Brasil, evento organizado por Valor, "O Globo" e CBN e que reunirá hoje em Brasília Pedro Paulo, Motta e a ministra de Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, entre outros especialistas, com abertura do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso.

O tarifaço de Donald Trump e seus efeitos fazem parte da programação, com o talkshow "O cenário fiscal brasileiro e os impactos da taxação dos EUA", que abre o debate sobre o contexto econômico atual, seguido pelo painel "Os caminhos e desafios da reforma administrativa", dedicado a analisar as medidas em discussão e seus possíveis desdobramentos. O evento também terá as participações do deputado Fausto Jr. (União-AM) e de Cláudio Hamilton dos Santos, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A proposta do relator Pedro Paulo reúne 70 medidas distribuídas em quatro eixos: estratégia, governança e gestão; trans-

formação digital; profissionalização do serviço público; e combate a privilégios.

O texto vai incorporar proposta que proíbe a aposentadoria compulsória como forma de punição ajuizes e promotores. Ao mesmo tempo, irá abrir a possibilidade de demissão no Poder Judiciário por meio de processo administrativo disciplinar. Pelas regras atuais, juizes e membros do Ministério Público podem ter cargos vitalício se só perdem o posto por sentença judicial transitada em julgado. Outro ponto será o fim das férias de 60 dias, unificando a regra de 30 dias anuais de descanso para todos os servidores.

O texto endurece o controle sobre verbas indenizatórias, reduzindo os chamados penduri-calhos que elevam os salários acima do teto constitucional. A

ideia é colocar na legislação uma definição mais fechada do que seriam verbas indenizatórias pagas a **servidores públicos**.

O projeto também prevê um 14- salário condicionado ao cumprimento de metas, além da implementação de bônus por resultados, e torna obrigatório o estabelecimento de objetivos para todos órgãos públicos, que precisarão rever seu planejamento rotineiramente.

Uma das propostas é incluir as remunerações dos funcionários de estatais não dependentes, como BNDES e Caixa, no teto do funcionalismo. O projeto também estabelecerá limites para a ocupação de cargos e a forma de contratação de temporários, com duração máxima de cinco anos. O trabalho remoto será limitado a 20% da força

de trabalho do órgão e restrito a um dia por semana. Exceções serão possíveis mediante justificativa.

A ideia do relator é fortalecer o Concurso Nacional Unificado (CNU), que passaria a incluir vagas no funcionalismo de Estados e municípios. A reforma prevê que os servidores tenham avaliação periódica, com bonificação para cumprimento de metas. O foco é na meritocracia, garante o relator; não há previsão de demissão por baixa performance.

Tarifaço de Donald Trump e seus efeitos na economia fazem parte também da programação

O projeto ainda deve definir um teto para o número de secretarias em municípios que dependam de mais de 50% de repasses federais, medida inspirada na regra que já estabelece a quantidade de vereadores conforme a população. Além disso, será fixado um limite salarial de 20% da remuneração dos governadores para secretários municipais, para reduzir disparidades em cidades menores.

Histórico

O Brasil teve várias reformas administrativas em sua história republicana que tentaram modernizar o Estado. Duas delas foram instituídas em períodos de ditadura, o que impediu maiores debates na elaboração das regras e avaliações sobre erros e acertos.

A primeira grande intervenção foi feita em 1938, no Estado Novo

de Getúlio Vargas, que criou o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), com o objetivo de organizar o aparato burocrático com estatutos normativos e órgãos de fiscalização. Embora seja considerado um marco, o Dasp centralizou em Vargas as decisões sobre a gestão nos três Poderes, favorecendo patrimonialismo, compadrio, fisiologismo e uso político de cargos públicos. O Dasp só foi extinto oficialmente em 1986, quase 50 anos após sua criação.

Em 1967, o governo militar buscou descentralizar a administração federal no sentido da chamada administração indireta, com foco em autarquias e empresas públicas. No entanto, diante da falta de fiscalização legislativa e judicial num contexto ditatorial, acabou favorecendo o patrimonialismo e o fisiologismo com forte crescimento da contratação de pessoal sem concurso público.

A última grande reforma surgiu já no período democrático, em 1995, logo após o Plano Real, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, em um contexto de crise fiscal e necessidade de reduzir os custos da máquina pública. FHC criou o Ministério da Administração e Reforma do Estado, comandado pelo economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, que apontava ineficiências resultantes ainda da legislação do Estado Novo e da Constituição de 1988, que "engessaram" a gestão.

A reforma de Bresser reduziu o quadro de funcionários públicos, freou novas contratações e promoveu a distinção entre atividades sociais e as exclusivas do Estado, introduzindo contratos

de gestão e o incentivo à participação de organizações do terceiro setor na execução de serviços. Avançou em vários aspectos, como a gestão por resultados, mas analistas avaliam que ela não foi suficiente para resolver de forma definitiva os problemas de performance da administração pública, já que não foram criados instrumentos adequados para avaliação dos serviços, análises de desempenho e remuneração dos servidores dos três Poderes. Além disso, o veto a novos concursos públicos motivado pelas pressões fiscais que ameaçavam o Plano Real provocou falta de rotatividade de servidores em órgãos federais importantes, com impacto negativo na prestação de alguns serviços.

Ao longo dos anos, a gestão da máquina pública também passou por diferentes estruturas governamentais. Em 1962, no governo João Goulart,

foi criado o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, fechado após o golpe militar e reaberto pelo regime logo três anos depois. O Ministério da Administração tocado por Bresser-Pereira no governo FHC em 1995 foi extinto em 1999 e suas atribuições foram incorporadas novamente ao Ministério do Planejamento, que foi extinto pelo governo Bolsonaro, em 2019, e suas funções integradas ao novo Ministério da Economia. Em 2023, o presidente Lula restaurou uma estrutura específica para a gestão da administração pública com a criação do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, comandado por Esther Dweck.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188313>

Pacote contra tarifaço de Trump vai incluir empresas fornecedoras

Haverá uma segunda fase do plano Brasil Soberano, de apoio às empresas atingidas pelo tarifaço de 50% do presidente americano, Donald Trump, disse o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello. Nela, as linhas de crédito, além dos mecanismos de garantia e seguro do programa, serão estendidas aos fornecedores das empresas impactadas.

A medida provisória (MP) que criou o Brasil Soberano vai além do apoio às empresas que vendem para os Estados Unidos, informou o secretário. Na sua visão, as medidas complementam a **reforma tributária** do consumo para dar às exportadoras condições de competitividade que nunca tiveram. Até agora, as estruturas de **impostos** e de crédito não favoreciam a atividade exportadora, disse.

A MP reforma as condições de acesso ao Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Até agora voltado às grandes empresas, vai apoiar micro e pequenas, que são as mais frágeis, mas também as que mais empregam. Além disso, o Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior (FGCE), de natureza privada, receberá um aporte para cobrir eventuais inadimplências nas operações de venda ao exterior. O apoio será complementado por garantias a serem oferecidas pelo Fundo de Garantia de Operações (FGO) e Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).

"Esse conjunto é uma verdadeira revolução para o setor exportador brasileiro", afirmou Mello. É uma estrutura que permanecerá na economia após superados os efeitos do tarifaço, garantiu.

Os aportes nos fundos dependem da aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 168/2025, que ainda não tem relator designado. Para o secretário, o projeto pode ser votado rapidamente, uma vez fechado o acordo político em torno dele. "Eu acho que o Legislativo entende também isso como algo prioritário."

Mello disse ainda ver espaço para o Produto Interno Bruto (**PIB**) encerrar o ano com crescimento da ordem de 2,5%. A desaceleração da atividade deve ser um pouco maior do que o esperado no segundo trimestre, mas a perspectiva é de estabilidade ou desempenho ligeiramente positivo na segunda metade do ano, informou. Vai depender do balanço entre os efeitos do

tarifaço e o das medidas tomadas pelo governo.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista ao Valor.

Valor: Quais são as medidas estruturais que o Plano Brasil Soberano traz para o setor exportador?

Guilherme Mello: A parte mais estrutural é a alteração no modelo de crédito para exportação. Até então, o FGE era um fundo que só era acessado por um conjunto pequeno de grandes empresas. Depois da Lava-Jato, em particular, a ideia do financiamento à exportação caiu em uma espécie de limbo, porque teve uma investida até ideológica contra isso. E se criou uma ideia de que isso seria algo lesivo, quando é o contrário. O financiamento à exportação é parte fundamental da estratégia de desenvolvimento de qualquer país. Então, na prática, o que fizemos: aprovamos a **reforma tributária**, que desonera investimento e exportação. Segundo, estamos remontando, modernizando e fortalecendo o nosso sistema de financiamento de exportação, ti-

rando travas à utilização do FGE.

Valor: Quais eram essas travas?

Mello: O acesso ao fundo se limitava às grandes empresas. Nós resgatamos R\$ 30 bilhões para essas linhas de apoio à diversificação e à exportação que estamos oferecendo no âmbito do plano Brasil Soberano. Então, vai ter maior acesso ao FGE, com linhas mais baratas, porque estamos usando esse superávit financeiro como funding para um crédito que vai ser mais barato. Além disso, estamos transformando o Fundo Garantidor de Crédito à Exportação (FGCE).

Valor: Como é essa mudança?

Mello: O FGE hoje é um fundo público cujo risco é 100% da União. Quando uma empresa contrata o seguro, ela paga um prêmio. Se tem calote, aciona o FGE. Como é um fundo público, quando ele paga o exportador, dá [impacto no] resultado primário. O FGCE, estamos transformando em fundo para cobrir primeiras perdas. Nesse caso, o patrimônio do FGE não seria atingido, seria protegido. Depende do contrato, mas até 40% de perda, por exemplo, o FGCE

pode cobrir. E como o FGCE é um fundo privado, ele tem muito mais agilidade para chegar no pequeno empresário. Além do mais, estamos permitindo, por meio do FGCE, que outros seguros privados possam ser utilizados.

"Estamos trabalhando junto à Camex para acelerar as análises dos processos, porque antidumping não é permitido pelas regras internacionais"

Valor: Então é uma remodelagem de todo o sistema de financiamento e garantia à exportação?

Mello: Estamos remodelando todo esse modelo de seguro, garantido um funding completo e tirando um imposto sobre exportação com a **reforma tributária**. Esse conjunto é uma verdadeira revolução para o setor exportador brasileiro.

Valor: Essas mudanças no FGCE e no FGE vão além do plano Brasil Soberano e devem se tomar permanentes?

Mello: Isso, é estrutural. Claro que o recurso que a gente aportar no FGCE, no âmbito do plano Brasil Soberano, terá que ser usado para as linhas do plano Brasil Soberano. Mas isso não impede que futuramente, quando passar esse momento, o governo possa fazer novos aportes para usar em qualquer caso, em qualquer linha.

Valor: Mas a estrutura fica para o futuro, para ser utilizada em outros planos?

Mello: Exato. E o plano Brasil Soberano tem um desenho também que é importante. Porque, ao mesmo tempo que ele dá um atendimento prioritário com taxas de juros mais baixas para as empresas mais afetadas, ele também traz linhas de financiamento para diversificação de mercados e para adaptação produtiva.

Valor: E os fornecedores afetados indiretamente pelo tarifaço?

Mello: Nesse primeiro momento, o nosso foco foi nas empresas diretamente afetadas. Mas também podemos avançar, no segundo momento, para abarcar outras empresas que são indiretamente afetadas e que têm um impacto significativo também no seu faturamento.

Valor: Esse segundo momento vai acontecer ou é uma coisa que vocês vão avaliar primeiro?

Mello: Ele vai acontecer. O momento que ele vai acontecer é alvo de avaliação e também de desenvolvimento tecnológico. Estamos focados, nesse

primeiro momento, em operacionalizar o que anunciamos. Tem um trabalho prioritário de desenvolver a capacidade tecnológica para o BNDES e os bancos terem as informações necessárias dos CNPJs das empresas que serão beneficiadas. Esperamos que até o dia 7 ou 8 de setembro esse desenvolvimento tecnológico já esteja pronto. A partir daí, o banco vai conseguir começar a operar a linha. É muito importante salientar: as linhas vão operar, mas para os pequenos e médios terem acesso a elas, vão precisar de garantia. Os bancos não vão aceitar sem garantia dar um crédito para uma empresa que foi muito afetada. Por isso que nós fizemos o PLP com a proposta de fazer o aporte nos fundos garantidores.

Valor. Então a apreciação do PLP tem que ser feita o quanto antes, para evitar que as pequenas e médias empresas recebam uma negativa dos bancos?

Mello: Seria muito importante que o Congresso apreciasse esse PLP até o início de setembro, para que, quando começasse a operar a linha, ela chegasse no conjunto completo de empresas afetadas, não apenas das maiores.

Valor E como está a tramitação?

Mello: Essas coisas podem ser muito rápidas, uma vez definido, feito um acordo.

Valor Não há relator nem perspectiva de votação nesta semana. Esse atraso preocupa?

Mello: Eu não digo que preocupa, mas digo que é um tema que já está em diálogo e a gente vai se esforçar para acelerar. Eu acredito que o Legislativo entende também isso como algo prioritário. Porque, obviamente, ninguém quer deixar ninguém para trás. Deixar as empresas sem o devido apoio, principalmente as pequenas e médias que são mais frágeis financeiramente, mas concentram boa parte dos empregos, é um preço muito alto.

Valor Uma vez aprovado o PLP, vocês abrem uma MP de crédito extraordinário para fazer o aporte nos fundos e depois disso o recurso já é ser liberado rapidamente?

Mello: Muito rápido. A gente vai ter que fazer eventualmente ajustes no regulamento dos fundos. Os bancos já operam com esses fundos.

Valor Vai precisar de recursos adicionais quando chegar a segunda etapa que o senhor está falando, de estender para fornecedores?

Mello: Não. Nós desenhamos o plano para estar contido nos recursos que a gente previu no PLP.

Então, são os R\$ 4,5 bilhões de aportes em fundos e até R\$ 5 bilhões do Reintegra. O Reintegra é uma forma também de nós atendermos esses exportadores que ainda atuam sob um regime tributário que acumula créditos para os exportadores. E quando a gente fala até [R\$ 5 bilhões] é porque fizemos uma conta, a priori, de que todas as empresas que foram afetadas terão acesso. Mas os critérios de priorização também se aplicam ao Reintegra. Então, é bem provável que isso seja reduzido, graças aos critérios de priorização.

Valor: Esse pacote que vocês apresentaram é suficiente para essas medidas estnitrantes ou há mais coisas além dessa questão dos fornecedores que vocês deixaram para um segundo momento?

Mello: Eu acho que, do ponto de vista estrutural, ele é suficiente. No sentido de que ele dá conta dos principais gargalos que a gente en-

contrava. O acesso ao FGE, um segundo fundo privado mais ágil e mais simples e que cobre as primeiras perdas e o funding barato para esse processo. A combinação dessa mudança de estrutura no crédito de exportação com a mudança na estrutura tributária que impede a exportação de **impostos** vai dar uma competitividade para o nosso setor exportador que ele nunca teve. O agro é um grande exportador, mas ele tem particularidades, vantagens competitivas, que foram construídas ao longo do tempo, com a Embrapa, com o desenvolvimento tecnológico, com investimento dos próprios empresários. Mas isso nunca aconteceu de maneira estruturada na indústria. Apenas alguns setores industriais muito particulares conseguiram se inserir como exportadores na cadeia produtiva global. Essa resposta que a gente está dando agora é um passo fundamental para a gente reverter essa tendência.

Valor: O novo Reintegra terá critério de priorização das empresas?

Mello: Sim, vamos regulamentar como vai ser o critério de priorização do Reintegra, que depende também do PLP [ser aprovado para sair a regulamentação].

Valor: Alguns setores da indústria dizem que precisaríamos acelerar as medidas antidumping para evitar uma inundação de produtos estrangeiros no Brasil. O senhor concorda?

Mello: Alguns setores, em particular, têm sofrido uma concorrência muito dura, que dificulta muito os planos de investimento desses setores. Estamos trabalhando junto à Camex para acelerar as análises dos processos, porque antidumping não é permitido pelas regras internacionais. É diferente da taxa

ção, que não tem justificativa econômica nem comercial. Está completamente fora das regras estabelecidas internacionalmente para regular o comércio. O dumping, não. Então, nós estamos em conversas, já recebemos vários setores, para, dentro dos procedimentos que precisam ser feitos para essa investigação, acelerar ao máximo, ver como é que a gente pode, em curto prazo, acelerar para casos que, notoriamente, estão afetando o setor produtivo doméstico.

Valor: E as salvaguardas?

Mello: As salvaguardas também podem ser usadas caso se constate dumping ou alguma prática irre-

gular. Mas tudo isso, repito, está dentro das convenções estabelecidas internacionalmente.

Valor: Agora falando de cenário macro. Saiu o IPCA-15 de agosto com deflação e temos a divulgação do **PIB** na semana que vem. O que podemos esperar?

Mello: Quando começou o tarifaço, economistas falaram que o processo podia ser inflacionário e eu falei que teria pouco impacto na **inflação** e que, se houvesse, tenderia a ser desinflacionário. Eu acredito que essa visão tem se confirmado. É uma combinação de fatores: o fortalecimento do real, que está casa dos R\$ 5,4, muito bem comportado; a redução do preço dos alimentos; e, ao mesmo tempo, nós também estamos observando um processo de desaceleração da economia brasileira em comparação ao primeiro trimestre, o que já era esperado. O que estamos observando nesse segundo trimestre é que essa desaceleração veio um pouquinho maior do que a gente esperava inicialmente, em decorrência, fundamentalmente, dos efeitos cumulativos e defasados da política monetária. Continuamos mantendo um cenário de que teremos um crescimento positivo no segundo trimestre e algo mais próximo da estabilidade nos dois últimos trimestres.

"Achamos que ainda tem algum espaço para a economia manter esse ritmo de 2,5% [decréscimo], mas temos que acompanhar"

Valor: O que pode mudar esse cenário?

Mello: Têm vários fatores além da política monetária que podem jogar para cima ou para baixo o nível de atividade. Por exemplo, em julho foi feito o pagamento dos precatórios. Então, se a política monetária está puxando para baixo, tem algum impacto aqui do pagamento dos precatórios que pode sustentar algum nível de atividade. O crédito continua crescendo e agora com as

políticas que nós anunciamos você pode ter uma situação de mais crédito disponível. Então, o balanço na 1ª é o que vai definir qual vai ser o ritmo do crescimento, se vai ser algo mais próximo de 2% ou de 2,5%.

Valor: Mas qual sua aposta?

Mello: Nós achamos que ainda tem algum espaço para a economia manter esse ritmo de 2,5% [de crescimento]. Mas temos que acompanhar. Claro que uma taxa de juros de 15%, mantida já por vários meses, tem impacto na atividade e é para isso que ela é feita. Mas, dadas as métricas que temos, vimos uma desaceleração maior [da economia do] que se esperava no segundo trimestre. Mas ainda tem uma perspectiva de leve crescimento ou estabilidade nos dois últimos trimestres devido a esse balanço de fatores. Lembrando que ainda não sabemos qual será o efeito líquido do tarifaço.

Valor: E as perspectivas para 2026?

Mello: O fiscal provavelmente vai estar mais próximo da neutralidade, o monetário ainda vai estar restritivo, mas talvez menos restritivo do que esse ano. Essa redução da taxa de juros pode dar um impulso maior para o crédito, e você também vai ter esse conjunto de políticas que adotamos como um incentivo grande para as empresas adotarem uma postura mais exportadora, que exige investimentos. Então, nós ainda temos um balanço que mostra um crescimento também próximo ao nosso potencial no ano que vem. Claro que isso vai depender de como vai caminhar a economia até o fim deste ano, qual vai ser o carregamento estatístico e também qual vai ser o comportamento da política monetária.

Valor: Há preocupação que a compensação da reforma da renda não seja aprovada?

Mello: Eu entendo que há uma compreensão por parte das lideranças do Congresso da necessidade de neutralidade. O relator colocou isso no seu relatório. Eu diria que não é só uma questão fiscal, mas uma questão de justiça tributária. Quem estiver se posicionando contra a compensação não está se posicionando só contra o governo e prejudicando as contas públicas e a estabilidade macroeconômica do país, estará defendendo a manutenção da desigualdade de renda que o Brasil tem hoje.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188313>

Lula cobra de ministros defesa da soberania e manda recados a Trump, Bolsonaro e 'big techs'

Usando um boné com a mensagem nacionalista "O Brasil é dos brasileiros", o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu todos os 38 ministros do seu governo na terça-feira (26), no Palácio do Planalto, para dar uma série de recados e fazer críticas tanto a adversários internos quanto ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, responsável pelo tarifaço. Sobraram alegações, por exemplo, contra a família do ex-presidente Jair Bolsonaro, grupo político que o presidente defendeu que seja alvo do Congresso por "traição à pátria".

Além disso, a reunião serviu para a gestão petista inaugurar um novo slogan publicitário: "Governo do Brasil: do lado do povo brasileiro", em substituição ao mote "União e Reconstrução", utilizado desde o início de 2023.

Os recados foram dados durante a segunda reunião deste tipo no ano, que teve duração de cerca de três horas. Na fala inicial transmitida à imprensa, Lula aproveitou o pano de fundo da taxaço de 50% a produtos brasileiros para cobrar ações de seus ministros no âmbito do tarifaço e reafirmar posição do governo.

Sem citar nominalmente seus adversários, o petista classificou a atuação do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) como uma das "maiores traições" sofridas pelo Brasil e disse ser preciso levar tal debate numa frente de batalha no campo da política. Segundo o presidente, Eduardo já deveria ter sido expulso da Câmara dos Deputados por insuflar "com mentiras e hipocrisia" os Estados Unidos contra o Brasil.

"Isso é inexplicável, vamos ter que fazer disso uma frente de batalha no campo da política, não no campo do governo, para que a gente possa fazer com que esse país seja respeitado", disse o chefe do Executivo brasileiro. "Não

conheço na história deste país algum momento em que um traidor da pátria teve a desfaçatez de se mudar para um país negando sua pátria e tentando insuflar o ódio de alguns governantes americanos contra o povo brasileiro", complementou o presidente.

Nas críticas aos Estados Unidos e à atuação da família Bolsonaro, Lula repetiu que o presidente americano, Donald Trump, quer ser o imperador do mundo, mas disse que, se o Brasil gostasse de imperador, o país ainda seria uma monarquia. "Queremos esse país democrático, soberano e republicano", afirmou.

Em tom crítico, o presidente respondeu ao líder americano e disse que as big techs podem ser "patrimônio americano, mas não são nosso patrimônio". Na

segunda-feira (25), Trump renovou a ameaça de impor ou aumentar as tarifas de países que adotam **impostos** ou regulam as atividades de empresas americanas de tecnologia.

Lula afirmou que o Brasil é um país soberano e que "quem quiser entrar no país tem que prestar conta à nossa Constituição e à nossa legislação". "É assim que tem que ser para que a gente possa construir e fortalecer esse mundo democrático, multilateralista que o Brasil faz questão de defender", completou. Paralelamente à defesa da regulação das plataformas digitais, o governo prepara dois projetos de lei sobre o tema que devem ser encaminhados nos próximos dias.

O presidente aproveitou a reunião para cobrar que os mi-

nistros, em suas falas públicas, defendam a soberania nacional e a unidade brasileira. Na avaliação de interlocutores de Lula, a defesa da soberania nacional é uma mensagem que ajuda o governo a se reposicionar diante dessa contenda comercial dos Estados Unidos e, consequentemente, se recuperar nas pesquisas de opinião.

Diante desta visão é que foi cancelado o slogan "Governo do Brasil: do lado do povo brasileiro". Para além de mostrar que o terceiro mandato de Lula "tem um lado" e enfatizar o aspecto da defesa da soberania nacional, a equipe do ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira, chegou à nova mensagem publicitária usando como

base a questão da justiça

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188313>

social, marca que o presidente da República tem repetido com mais ênfase nesses últimos meses. De acordo com a Secom, o novo slogan deve começar a substituir peças publicitárias já na semana que vem.

Lula também fez questão de abordar a negociação comercial travada com os Estados Unidos e reafirmou a disposição de seu governo de negociar com o país, mas ressaltou que o Brasil não aceitará ser tratado como se fosse "subalterno" na mesa de negociação. "[O vice-presidente e ministro do Mdic, Geraldo] Alckmin, [o ministro da Fazenda, Fernando] Haddad e [o ministro das Relações Exteriores] Mauro Vieira estão 24h por dia à disposição para negociar com quem quer que seja, se o assunto que

for, sobretudo, na questão comercial", afirmou Lula.

Na tarde de terça-feira, após a reunião, Alckmin viajou com uma comitiva de ministros e empresários rumo ao México, com foco em ampliar o comércio bilateral com o país, diante da taxaço dos Estados Unidos. A agenda tem como ponto alto uma audiência com a presidenta do México, Claudia Sheinbaum, no Palácio Nacional, na quinta-feira (28), último dia da viagem.

Após as exposições de Lula na reunião, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, tomou a palavra e pediu empenho aos colegas de Esplanada no que definiu como "reta final" do terceiro mandato do petista. Como um dos poucos ministros a falar no encontro de terça-feira, Costa sugeriu aos colegas que deem capilaridade às entregas e que intensifiquem a presença nos Estados.

O titular da Casa Civil fez uma apresentação das principais ações de cada ministério e também alguns anúncios. Disse, por exemplo, que o governo deve anunciar na semana que vem o programa "Gás do Povo", que promete ampliar para 15 milhões de famílias o alcance do benefício do Auxílio-Gás. Também comentou que nas próximas semanas deve ser anunciada a modalidade do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) para a reforma de moradias. O programa, segundo Costa, deverá movimentar R\$ 30 bilhões. O ministro disse ainda que o MCMV já teve 1,8 milhão de moradias contratadas desde o início do governo e que deve terminar em 2026 com 3 milhões.

Por fim, o ministro aproveitou para atualizar os números do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). De acordo com Costa, em abril deste ano a execução financeira do programa estava em R\$ 818 bilhões desde o início de 2023. Os recursos foram investidos em um total de 22,4 mil empreendimentos.

UE defende regulação de big techs após ameaça de Trump

A União Europeia (UE) afirmou ontem que continuará a avançar com sua regulação na área digital, uma referência global, apesar das ameaças do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de impor tarifas de importação retaliatórias contra países cujos **impostos** ou leis tenham como alvo empresas de tecnologia americanas.

"É direito soberano da UE e de seus Estados-membros regulamentar atividades econômicas em nosso território que sejam consistentes com nossos valores democráticos", afirmou a porta-voz da Comissão Europeia, Paula Pinho, em resposta à ameaça feita por Trump na plataforma Truth Social. "É também por essa razão que isso não fez parte do nosso acordo [comercial] com os EUA", completou.

Sem citar casos específicos, Trump ameaçou impor tarifas de importação e controles de exportação contra países cujos **impostos**, regras ou leis a respeito de empresas de tecnologia, as chamadas big techs, "discriminem" os EUA.

A ameaça foi feita poucos dias depois de Bruxelas e Washington apresentarem todos os detalhes de seu acordo comercial, fechado na Escócia no fim de julho. Pelo acordo, a UE aceitou a aplicação de tarifas de importação de 15% sobre a maioria de seus produtos.

Uma autoridade da UE afirmou que o acordo comercial "deu [ao bloco] algum espaço para respirar", mas a expectativa de Bruxelas sempre foi a de que outras questões exigiriam negociações adicionais com o governo de Trump.

A autoridade disse que a Comissão Europeia, responsável por negociar em nome do bloco, adotou a estratégia de manter a calma e não responder a todas as declarações de Trump de forma literal.

"Era óbvio que isso aconteceria [no caso das regras digitais]", disse um diplomata da UE. "Ele [Trump] encara concessões como um sinal

de fraqueza e isso faz com que sempre volte querendo mais."

Os EUA têm pressionado por mudanças nas regras digitais da UE como parte das negociações comerciais, segundo fontes com conhecimento do

assunto. Washington mira em particular a histórica Lei dos Serviços Digitais (DSA, na sigla em inglês) do bloco, que obriga as grandes empresas de tecnologia a policiar suas plataformas mais agressivamente.

Mas Bruxelas resistiu à pressão dos EUA, que acredita que a UE visa as empresas americanas de maneira injusta e infringe os princípios de liberdade de expressão defendidos pelo movimento MAGA.

A porta-voz da Comissão Europeia insistiu que o comércio e as regras digitais são "questões distintas". Ela afirmou que o bloco

"É direito soberano da UE regulamentar as atividades em nosso território" Paula Pinho

continuará a implementar o acordo comercial.

Pinho contou que a UE pretendia propor uma legislação para reduzir as tarifas sobre as importações americanas de bens industriais e de alguns produtos agroalimentares. Os EUA se comprometeram a reduzir as tarifas sobre os carros europeus de 27,5% para 15% quando isso acontecer.

O momento do ataque de Trump às regras e **impostos** digitais também coincide com a necessidade de Bruxelas de tomar decisões a respeito de uma série de investigações sobre empresas de tecnologia americanas.

A UE ainda precisa decidir, por exemplo, sobre uma de suas investigações contra o X, de Elon Musk, com base na DSA. Em uma análise preliminar, no ano passado, Bruxelas concluiu que o X violava as regulamentações contra padrões enganosos de design e acesso insuficiente a dados e transparência.

Outra questão que a UE precisa resolver é se quer impor possíveis novas multas à Apple e à Meta, empresa proprietária do Facebook, com base na Lei dos Mercados Digitais (DMA, na sigla em inglês),

que se destina a conter o domínio que as gigantes da tecnologia têm na área de shoppings virtuais.

Além da legislação europeia, vários países do bloco, como França, Itália e Espanha, aplicam **impostos** específicos sobre serviços digitais.

A renovação dos ataques violentos de Trump contra os **impostos** digitais também pode causar dificuldades para o Reino Unido, que conseguiu evitar por pouco cortes ou reduções de seu imposto sobre serviços digitais ao concluir um miniacordo comercial com Washington em maio.

O embaixador do Reino Unido em Washington, Peter Mandelson, já afirmou que deseja um acordo com os EUA na área de tecnologia, que terá como foco o desenvolvimento da inteligência artificial.

Se Trump impuser novas sanções ou tarifas de importação, a UE tem opções para retaliar, embora a tenha relutado em implementá-las, por medo de intensificar a guerra comercial. A UE já aprovou tarifas sobre importações dos EUA equivalentes a 93 bilhões anuais. Essas tarifas estão suspensas até fevereiro, mas o bloco pode aplicá-las rapidamente se quiser.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188313>

Motta inclui PEC da blindagem na pauta de votações desta semana

Após reunião com líderes partidários, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Re-publicanos-PB), incluiu na pauta de votações desta semana as propostas de emenda à Constituição (PECs) que alteram as regras do foro privilegiado e das prerrogativas parlamentares, que ficou conhecida como "PEC da blindagem".

A tendência é que o texto das prerrogativas, cujo relatório deve prever que os parlamentares só poderão ser alvo de investigação após autorização do próprio Congresso, seja votado nesta quarta-feira (27).

A proposta é de autoria do ministro do Turismo, Celso Sabino (União-PA). A expectativa é que o deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), relator do caso, apresente o seu parecer com alterações no texto. Uma das idéias é incluir um prazo de 45 ou 60 dias para que o plenário das Casas analise os pedidos do Supremo Tribunal Federal (STF), como uma medida para evitar o engavetamento.

Como mostrou o Valor, no período em que as autorizações eram necessárias, de 1988 a 2001, nenhum dos 216 pedidos do STF para investigar parlamentares foi votado no plenário da Câmara.

Apesar de polêmico, o texto conta com apoio dos deputados para ir à votação. Já a inclusão na pauta da PEC do fim do foro privilegiado não era esperada por

alguns parlamentares. O texto não tem consenso e transfere o foro judicial de deputados e senadores para a primeira instância, com exceção dos presidentes das duas Casas.

As duas iniciativas são consideradas reações dos deputados ao que é avaliado como "intervenção demasiada" do STF nos trabalhos legislativos.

Na reunião de líderes de terça-feira, os deputados também discutiram o projeto de lei que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais. A Câmara e o Senado devem acertar nesta semana um calendário conjunto de votação, de forma a

aprovar o texto nas duas Casas ainda em setembro. O cronograma deve ser definido em reunião entre Motta, a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoff-

mann, e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

O governo preferia que o texto fosse votado antes do início do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro que começa na terça-feira (2). O objetivo era evitar que o evento contamine o clima e influencie o acirramento político.

Questionado sobre movimentos da oposição para alterar a proposta do governo para as compensações da isenção, o relator do projeto, deputado Arthur Lira (PP-AL), disse que "há 200

conversas" com "muita especulação".

Segundo o Valor apurou, a percepção de que é preciso aprovar um projeto neutro fiscalmente ainda prevalece. A maioria dos líderes avalia que a Câmara não deve aprovar um texto sem compensação e que deve ser fiel ao discurso de responsabilidade fiscal. Há, porém, incômodo de parte dos parlamentares com a tributação dos mais ricos, sob o argumento de que "o Congresso não aceita mais nenhum aumento de **impostos**".

Alguns partidos podem apresentar destaques para alterar a compensação, mas o sentimento é de que o projeto é popular e será aprovado sem grandes percalços.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188313>

Golpe de Trump contra o Fed é risco à economia global (Editorial)

O presidente Donald Trump deu seu passo mais ousado até agora para conseguir o que nenhum de seus antecessores sequer cogitou: pôr fim à independência do Federal Reserve (Fed), o banco central mais poderoso do mundo. Ao anunciar que demitirá "imediatamente" Lisa Cook de um cargo de direção do Fed - alegando supostas fraudes com hipotecas que ocorreram antes de ela assumir um posto na instituição em 2022, mas com razões claramente políticas -, Trump procura romper com uma tradição de 74 anos, a de o banco decidir, segundo suas próprias diretrizes e expertise, os rumos das taxas de juros, da supervisão do sistema financeiro e das formas de garantir sua solidez e estabilidade.

Trump tentou, sem sucesso, intimidar o presidente do banco, Jerome Powell, e forçá-lo a se demitir. Agora investe contra Cook, com o objetivo de ter a maioria do board do Fed. Ele está em campanha para reduzir os juros logo e todos os meios são para ele válidos para conseguir o que deseja, um Executivo poderoso, que subordine todos os instrumentos do Estado à sua vontade. Além de ofender Powell, insinuou que ele poderia ser afastado por suposta fraude por superfaturamento na reconstrução bilionária da sede do Fed. Contra Cook, alegou, sem provas e sem quaisquer detalhes, indícios de fraude com hipotecas na compra de imóveis. Trump fez coro às desconfianças de um seguidor, Bill Pulte, do Federal Housing Agency Committee, que supervisiona e regula o mercado de hipotecas, para tentar ejetar Cook do cargo. O Departamento de Justiça será acionado para investigá-la.

O controle do Fed é um alvo factível para a Casa Branca. O Comitê de Mercado Aberto (Fome), que decide as taxas de juros, é composto pelos 7 membros do board, o presidente do Fed de Nova York e 4 presidentes regionais, dos 12 existentes, que se revezam. Já há dois aliados de Trump no board, ambos cotados para substituir Powell quando ele terminar seu mandato, em maio de 2026: Christopher Waller e Michelle Bowman. Ambos votaram em minoria pela redução dos juros na reunião do Fome de julho. O pedido de demissão de Adriana Kugler abriu espaço para Trump nomear para o board seu apaniguado Stephen Miran, até então presidente do Conselho de Assessores Econômicos dos EUA. Se Cook for afastada, a direção do banco teria a maioria partidária do presidente republicano, que seria reforçada com a

partida de Powell no ano que vem, isso se Trump não insistirem uma campanha para expulsá-lo antes.

Haverá uma batalha judicial com Cook, que possivelmente

clesaguará na Suprema Corte. A Corte, com maioria conservadora após as indicações de Trump em seu primeiro mandato, deu o direito de o presidente demitir dirigentes das agências independentes do governo, com exceção do Fed, uma das várias vitórias obtidas por Trump nas contestações judiciais. Antes, a Casa Branca terá de provar o que diz e isso não basta. Ainda que a suspeita contra Cook se confirme, todos os fatos citados ocorreram antes de ingressar no Fed, não havendo nada que a desabone no exercício da função. Para Trump, no entanto, mais importante é que ela se afaste do cargo enquanto corre o processo, o que também não é certo.

Trump persegue de modo autoritário e caótico objetivos contraditórios. Juros baixos favorecerão a rolagem da enorme dívida americana, de US\$ 36 trilhões, que continuará crescendo após a aprovação de nova rodada de abatimento de **impostos** pelo Congresso, onde os republicanos têm maioria nas duas Casas. As consequências são conhecidas. O dólar se desvalorizará e a **inflação** subirá, um movimento que já ocorre como efeito do choque tarifário imposto ao mundo. Déficits fiscais e **inflação** em alta forçarão o governo americano a pagar juros mais altos para refinar suas dívidas.

O Fed independente é uma garantia de que a economia americana não será vítima de desequilíbrios que a levem a crises agudas. Além disso, quando houve o grande colapso financeiro de 2008, o BC americano foi o prestador de última instância no sistema financeiro global, socorrendo bancos e dando liquidez em dólares aos demais BCs ao redor do globo. Com um Fed sem independência, tudo muda, e a reação tímida dos mercados financeiros de ontem é um retrato pálido das consequências futuras.

Os títulos do Tesouro de curto e longo prazos (2 e 30 anos) apresentaram a maior distância entre si em três anos, de 1,25 ponto percentual. Isso significa que o mercado vê queda de juros no curto prazo, por decisão do Fed ou por pressão de Trump, mas juros em alta no futuro em decorrência de **inflação** e déficits

maiores. A subordinação do Fed elevará os prêmios dos títulos americanos, a parcela extra de remuneração que os investidores cobram para emprestar a longo prazo de devedores sob risco. A moeda americana seguirá perdendo valor, como apontou nota do Goldman Sachs: "Mudanças na independência do Fed colocam claros riscos de baixa do dólar".

A solidez do dólar e a da economia americana se devem em grande parte à independência do Fed. Sua perda, inimaginável até a chegada de Trump ao poder, abre caminho a um período de grande instabilidade na economia global.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188313>

IPCA-15 tem primeira deflação em dois anos

Com recuo dos preços de alimentos pelo terceiro mês seguido, o IPCA-15 registrou queda de 0,14% em agosto. O resultado representa a primeira deflação desde julho de 2023. No ano, o índice tem alta de 3,26%, e em 12 meses o acumulado é de 4,95%, bem abaixo dos 5,3% dos 12 meses anteriores. A deflação, no entanto, foi menor do que a prevista pelo mercado (-0,20%).

A conta de luz foi o principal fator de alívio. Mesmo estando sob a bandeira tarifária vermelha, no patamar 2, o crédito do chamado Bônus de Itaipu provocou redução de 4,93% na energia elétrica, item de maior impacto no índice. Nos alimentos, se destacaram manga (-21%),

batata-inglesa (-18,77%), cebola (-13,83%), tomate (-7,71%), uva (-6,61%), arroz (-3,12%) e carnes (-0,94%).

Matheus Dias, economista do FGV Ibre, vê relação entre o tarifaço de Donald Trump e a queda nos preços de alguns alimentos que estão entre os mais vendidos pelo Brasil para os EUA, como manga e uva.

-O histórico do mês mostra que essa época já costuma ter queda significativas no preço da manga, pois é onde tem maior disponibilidade de oferta. Então acredito que já teríamos quedas, mas o tarifaço foi importante para sustentar as quedas de preços internamente. No mesmo período do ano passado, a queda de preço não chegou a 10%, enquanto esse ano chegamos a registrar 20% -disse Dias, acrescentando que no caso da uva o tarifaço veio justamente em um momento de safra robusta, o que faz com o que o mercado fique com oferta excedente e os preços caiam.

No grupo Transportes, a principal queda foi das passagens aéreas, (-2,59%), além de automóveis novos (-1,32%) e gasolina (-1,14%). Pelo lado das altas, se destacaram os grupos Saúde e cuidados pessoais de Itaipu. Os alimentos, porém, devem seguir jogando a **inflação** para baixo. Mas o cenário é de desaceleração por causa dos efeitos da política monetária restritiva. Gustavo Rostelato, da Armor Capital, prevê que o Copom cortará a taxa básica de juros só a partir de janeiro:

- O tarifaço pode ter um impacto de desinflação, porque os empresários podem repassar o preço aqui para o mercado interno de maneira mais baixa, pois não vão conseguir vender lá fora. Mas isso é muito

discutido no mercado, não há posição muito clara.

Já há economistas que preveem o início do ciclo de cortes de juros no fim do ano, como André Valério, do Inter:

- Temos visão um pouco mais pessimista, esperamos que a atividade desacelere mais do que o mercado prevê.

(+0,64%) e Educação (+0,78%).

Para o mês que vem, a previsão é de alta da **inflação**, com aumento da conta de luz -que não terá mais o bônus

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Interferência de Trump no Fed enfraquece o dólar e afeta taxas de títulos do Tesouro americano

Luana Reis, Victor Rezende, Artur Scaff, Cristiana Euclydese Gabriel Roca

A interferência do presidente Donald Trump no Federal Reserve (Fed, o banco central americano), com a tentativa de demissão da diretora Lisa Cook, enfraqueceu o dólar e aumentou a diferença entre as taxas dos títulos de curto e de longo prazo do Tesouro dos EUA. A manobra, que visa a obterá maioria no Comitê de Mercado Aberto do Fed, intensificou a preocupação de economistas e investidores com a independência do BC americano.

A distância entre as taxas dos papéis do Tesouro de 5 anos e de 30 anos atingiu ontem 1,17 ponto percentual; até março, era inferior a 0,5 ponto. A possibilidade de ju-

ros mais baixos por influência política reduz o rendimento dos títulos de prazo mais curto, enquanto o risco de **inflação** mais alta devido às ações de Trump joga para cima o dos papéis mais longos. O índice DXY, que mede o desempenho do dólar em relação a uma cesta de seis moedas, fechou em queda de 0,22%, aos 98,21 pontos.

Acusada de fraude hipotecária, Cook afirmou que não pretende renunciar ao cargo. "O presidente Trump alegou me demitir por justa causa, quando nenhuma causa existe, segundo a lei. E ele não tem autoridade para fazer isso", escreveu ela. Trump rebateu e disse que está pronto para uma batalha judicial. Ele também declarou que já tem alguém em mente para o posto, mas sem dizer quem seria.

Em nota, o economista Michael Feroli,

do J.P. Morgan, levantou a possibilidade de **inflação** mais alta nos EUA caso a independência do Fed seja prejudicada, demonstrando preocupação com a institucionalidade do BC. Para ele, se Trump conseguir maioria no comitê de diretores do banco central americano, em fevereiro pode haver uma remodelação de todo o Fed, incluindo a remoção dos 12 dirigentes das unidades regionais do banco.

Ganhador do Nobel de Economia em 2008, Paul

Krugman disse que, se a demissão de Cook se concretizar, as implicações serão "profundas e desastrosas", com danos para além do Fed. "Isso representaria a destruição do profissionalismo e do pensamento independente em todo o governo federal", escreveu Krugman. Páginas C1 e C2

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188313>

Consulado pede que brasileiro ande com contrato de trabalho nas ruas de Portugal

O Consulado-Geral do Brasil em Lisboa usou as redes sociais para orientar os brasileiros sobre como agir após o início das operações da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras (Unef), na última quinta. Subordinada à Polícia de Segurança Pública de Portugal e apelidada de polícia de estrangeiros, a Unef tem competência legal para controlar a entrada e a permanência de estrangeiros em território português, além de atuar em processos de retorno voluntário, expulsão e afastamento coercitivo. Sua adoção é parte de uma série de medidas anti-imigratórias aprovadas no país.

Entre as orientações repassadas pelo consulado à comunidade brasileira estão medidas que vão de ações preventivas (como quais documentos devem ser carregados em locais públicos) a como se comportar no caso de abordagens e, eventualmente, detenções. Ao se deslocar em vias públicas, diz o consulado, o imigrante brasileiro deve "sempre portar": documento de identificação válido; cópia ou fotografia

dos originais de documentos que comprovem sua ligação com Portugal (como autorização de residência); comprovante de manifestação de interesse; extratos de descontos e pagamentos à **Seguridade Social**, decisão judicial para agendamento de atendimento na Agência para Integração, Migrações e Asilo; contrato de trabalho e recibos verdes.

Numa situação de abordagem, o consulado orienta colaborar "sempre com as autoridades portuguesas", que são "obrigadas por lei a se identificar", lembra. O consulado diz ainda que a pessoa pode pedir a nomeação de advogado público e eventual dispensa de custas por meio do Serviço Social ou da Loja do Cidadão. No caso de dúvidas, orienta que os brasileiros escrevam para cg.lisboa@itamaraty.gov.br e relatem o que ocorreu, em detalhes. "Um agente consular entrará em contato para oferecer as orientações cabíveis."

'PROBLEMA ESTRUTURAL'. Para Ana Paula Costa, presidente da Casa do Brasil de Lisboa, o problema é estrutural e o governo deixa de lado a responsabilidade de melhorar a sua estrutura interna, passando a culpar os estrangeiros. "Hoje, é um percalço conseguir renovar uma autorização de residência na Aima. As pessoas estão à espera há um

ano para conseguir", afirma. "É muito fácil o Estado responsabilizar as pessoas e penalizar os imigrantes por uma falha que é dele. Não são as pessoas que não conseguem estar regulares, é o Estado que não tem vaga para elas renovarem (o visto)."

Ela, que é cientista social e pesquisadora no Instituto Português de Relações Internacionais, afirma que o país dá mais um passo em direção à "criminação da imigração" e avalia que Portugal associa a questão migratória a um problema de ordem policial, além de colocar os estrangeiros como "inimigos imaginários" em um contexto de crise econômica e de habitação no país.

O pacote anti-imigração também ameaça a economia portuguesa, na visão de Ana Paula. "Antes, pelo menos havia um consenso de que a imigração enriquecia o país. Agora, me parece que esse consenso foi quebrado. Aumentaram as expressões de racismo e xenofobia, o discurso de ódio se tornou mais violento", diz. Ao mesmo tempo em que as políticas migratórias endurecem, Portugal enfrenta problemas demográficos e depende do trabalho estrangeiro para manter setores da economia. "É um contrassenso se criar medidas tão duras quando você precisa (de mão de obra), porque, muito honestamente, já há estudos sobre isso: se não for o trabalho imigrante, alguns setores vão ter muita dificuldade para sobreviver em Portugal e a segurança social vai estar muito descompensada", alerta. ISABELA MOYA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo reforça presença na CPMI do INSS

O governo reforçou a presença dos parlamentares de sua base na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do **INSS** e conseguiu abrir negociação com os parlamentares da oposição na sessão de terça-feira (26).

Com um acordo selado logo antes do início da reunião, os governistas conseguiram eleger o deputado Duarte Jr. (PSB-MA) para a vice-presidência do colegiado. Na semana passada, o grupo havia perdido a eleição para o comando da comissão, posto no qual o senador Ornar Aziz (PSD-AM), era dado como certo. O revcs ocorreu após a base do Executivo perder a maioria com a ausência de alguns dos seus parlamentares.

O entendimento refletiu uma mudança de clima nos bastidores. Apesar dos discursos inflamados no plenário, as conversas na sala reservada ao lado seguiram sem animosidade. Junto da oposição, que baixou o tom, presidente e relator - senador Carlos Viana (Podemos-MG) e deputado Alfredo Gaspar (União-AL), respectivamente - pregaram "imparcialidade" nos trabalhos.

"Eu acho que a oposição percebeu que não tinha a maioria [da CPMI] e cedeu para firmar um acordo", disse o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), que designou o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) para articular e organizar a bancada aliada ao governo no colegiado.

Na mesma linha, o líder do governo no Senado, Rogério Carvalho (PT-SE), afirmou que foi feito um esforço para garantir a maioria na CPMI. Ele ponderou, no entanto, que esse esforço precisará

ser constante para que o governo não sofra novas derrotas.

"A gente não pode dar a oportunidade como foi na semana passada quando eles [oposição] tomaram a CPMI. Na segunda é que vai ser o palco. Quinta serão os requerimentos. Nessa disputa, quem não vier, não disputa", declarou Carvalho sobre os dias de trabalho do colegiado, que normalmente são mais esvaziados no Congresso.

Segundo apurou o Valor, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também defendeu, na reunião ministerial de terça, que o ministro da **Previdência Social**, Wolney Queiroz, vá para o "enfrentamento" e defenda o governo na CPMI. Para ele, o colegiado

é a "única arma" que a oposição tem contra a sua gestão.

Nos próximos dias, o governo deve perder dois importantes artífices, os senadores Renan Calheiros (MDB-AL) e Aziz, que devem ser substituídos por colegas governistas. De acordo com Randolfe, o senador do PSD já tinha pedido para deixar a CPMI após perder o comando da comissão para Viana. Na visão dele, o senador do PSD não se sentia mais "confortável" de seguir no colegiado.

Parlamentares da oposição avaliam que o diálogo com a base do Executivo é o melhor caminho neste momento já que o governo tem maioria, mas que o cenário pode mudar no futuro. "Hoje você

viu que estava todo mundo [do governo], mas vamos ver daqui para a frente. A oposição não vai esvaziar, é mais fácil o governo", declarou o senador Izalci Lucas (PL-DF).

Também ficou acordado que os ex-ministros da **Previdência Social** e ex-presidentes do **INSS** serão, inicialmente, convidados a falar na comissão - requerimento no qual a participação deles não seria obrigatória. Se eles não comparecerem, entretanto, devem ser convocados para serem ouvidos.

Uma das demandas do governo nas negociações era a exclusão do segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff do período de apuração da CPMI. Isso, no entanto, não entrou no acordo. Na

avaliação de Randolfe, não há nenhum "problema" em o colegiado investigar os descontos indevidos durante a gestão da petista.

Os governistas também tentaram blindar o irmão de Lula, José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico, de ser chamado para falar na comissão. Ele é vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), uma das organizações citadas como envolvidas no esquema que desviou dinheiro de aposentados e pensionistas. Há um requerimento para a sua convocação, mas ele ainda não foi pautado.

A jornalista, Carlos Viana defendeu que não sejam feitas con-

vocações de teor político sem que eles saibam do

envolvimento da pessoa no escândalo do **INSS**. "Nós só faremos convites a pessoas que tenham configurada a sua execução de dados ou beneficiamento em qualquer um dos casos. Enquanto nós não tivermos certeza de que houve participação, nós não faremos convocações, especialmente em âmbito político", disse o presidente.

Nessa lógica, o plano aprovado após o acordo chancelou os trabalhos da CPMI até o dia 28 de março de 2026 e convidou quatro ex-ministros da Previdência e dez ex-presidentes do **INSS** desde o governo Dilma. Isso inclui desde Carlos Lupi, que deixou o cargo em maio após a deflagração da operação da Polícia Federal (PE) que revelou os desvios, a José Carlos Oliveira, que foi presidente do **INSS** e ministro do Trabalho e Previdência no final da gestão de Jair Bolsonaro (PL).

O ex-ministro da Economia Paulo Guedes, entretanto, foi poupado de prestar esclarecimentos neste momento, mesmo com a secretaria da Previdência estando, entre 2019 e 2020, no guarda-chuva da pasta que comandou no governo Bolsonaro. O então secretário da Previdência neste período, o atual senador Rogério Marinho (PL-RN), também não foi convidado a prestar depoimento.

Ainda foram aprovadas as convocações de diretores de entidades que têm Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) vigentes junto ao **INSS** desde 2015; do advogado Eli Cohen, que denunciou as fraudes que culminaram na operação da PF sobre o tema; e do lobista Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como "Careca do **INSS**", que foi apontado pela PF como o representante de empresas dentro do **INSS** de forma a cooptar funcionários para liberar descontos em massa.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188313>

SP afasta auditores e Tarcísio promete rigor

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou que o afastamento de outros seis auditores fiscais, além do servidor já exonerado, é uma "resposta imediata" às investigações do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), que há duas semanas revelou a existência de um esquema de corrupção na Secretaria da Fazenda do Estado. As fraudes envolvendo o ressarcimento de créditos de ICMS a grandes empresas envolveriam pagamento de cerca de R\$ 1 bilhão em propinas.

O governador manifestou-se em vídeo publicado em suas redes sociais no dia seguinte ao afastamento dos auditores fiscais suspeitos de relação com o esquema. Desde o início das investigações, reveladas pela Operação Ícaro, Tarcísio vem buscando transmitir a mensagem de que o governo estadual tem atuado com rigor. As fraudes, segundo o MP-SP, começaram em

2021, antes do início do mandato de Tarcísio, em 2023.

Na segunda-feira(26), a Secretaria da Fazenda do Estado determinou a instauração de processos administrativos contra sete servidores. A relação inclui o auditor fiscal apontado como o principal operador do esquema de fraudes, já exonerado, e outros seis, agora afastados. A instauração dos procedimentos foi publicada na edição de segunda-feira do "Diário Oficial do Estado de São Paulo". A pasta, em nota, afirmou ainda que outras 20 apurações foram iniciadas para analisar a evolução patrimonial de servidores e verificar outros indícios de irregularidades.

Aliados de Tarcísio vêm trabalhando para descolar o governo das investigações, numa tentativa de blindá-lo politicamente, ao mesmo tempo em que a oposição tenta explorar o episódio para desgastar a imagem do governador e associar a gestão à corrupção. Tarcísio é cotado para disputar a Presidência em 2026.

No vídeo postado nas redes, o governador voltou a usar a ex-

pressão "mão pesada do Estado", que já tinha falado na semana passada, após as revelações virem à tona. Tarcísio também falou que em São Paulo "não há espaço" para a impunidade nem para a corrupção.

Nos bastidores, aliados especularam que as frases são uma tentativa de fazer um contraponto à gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, no mesmo dia em que

começaram os trabalhos da CPMI do **INSS**, que investiga esquema de descontos ilegais de aposentados e pensionistas.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Had-dad, ex-prefeito de São Paulo, usou o episódio para questionar a competência da gestão paulista para coibir fraudes. O secretário da Fazenda, Samuel Kinoshita, reagiu e usou o **INSS** para rebater a provocação. Também nessa terça-feira, o deputado federal Guilherme Boulos (Psol) publicou um vídeo em que se refere ao esquema como um dos "maiores escândalos de corrupção da história" do Estado.

Nas manifestações sobre o caso, o governo procura indicar que atuará para investigar, punir e recuperar os recursos. "Quem tenta fraudar o Estado sente o peso da lei e enfrenta todas as consequências", declarou Tarcísio no vídeo. "Vamos fazer o que precisa ser feito e não vamos tolerar desvio de conduta."

O governador acrescentou que o governo vai abrir procedimento de apuração de responsabilidade das empresas envolvidas e determinar a abertura de "uma auditoria minuciosa para quantificar com precisão o dano, a fim de cobrar na Justiça e garantir que cada centavo retorne aos cofres públicos".

O esquema de fraudes no fisco estadual foi revelado pela Operação Ícaro, em 12 de agosto, quando foram presos em caráter temporário o auditor fiscal Arthur Gomes da Silva Neto e dois empresários, Sidney Oliveira (dono da rede Ultrafarma) e Mario Gomes (diretor da Fast Shop). Os dois conseguiram autorização judicial para aguardar em liber-

dade e tiveram a fiança de R\$ 25 milhões suspensa. O servidor continua preso.

De acordo com o MP, há outras empresas citadas na ação, entre elas o Oxxo, a empresa de combustíveis Rede 28, e a varejista Kiystal-mix, de utensílios domésticos.

Os promotores afirmam que

auditores, em troca de propina, manipulavam processos para acelerar a liberação de créditos de ICMS-ST a grandes empresas. Conforme revelado pelo Valor, a investigação também apura se, além do esquema para agilizar a liberação de créditos, havia notas falsas de ressarcimento.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188313>

Salários de aprendizes entram no cálculo da contribuição previdenciária patronal

Luiza Calegari

De São Paulo O Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que os salários pagos a menores aprendizes integram a base de cálculo da contribuição previdenciária patronal, dos adicionais e das contribuições a terceiros - como o Sistema S. A decisão foi tomada pela 1ª Seção, em recente julgamento no Plenário Virtual, e serve de orientação para as instâncias inferiores.

O entendimento adotado é importante porque a última palavra será a do STJ. No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a questão é infraconstitucional, ao julgar o Tema 1294. Todos os processos que tratavam do assunto foram suspensos e poderão voltar a tramitar após o trânsito em julgado da decisão da 1ª Seção (REsp 2191479 e REsp 2191694).

A discussão foi gerada porque a **Receita Federal** entende que o contrato de aprendizagem é um contrato normal de trabalho. Podem ser aprendizes os jovens com idade entre 14 e 24 anos, conforme a Lei nº 10.097, de 2000. Empresas de médio e grande porte são obrigadas a manter entre 5% e 15% de aprendizes entre os trabalhadores de cada estabelecimento.

Para os contribuintes, no entanto, o contrato de aprendizagem não equivale a uma relação de emprego, o que faz com que o menor de idade seja um segurado facultativo, nos termos do artigo 14 da Lei nº 8.212, de 1991, e do artigo 13 da Lei nº 8.213, de 1991.

Além disso, defendem que o artigo 4º do Decreto-Lei nº 2.318, de 1986, criava uma isenção, ao expressamente excluir a remuneração dos "menores assistidos" da base de cálculo de encargos previdenciários. Essa modalidade de trabalho envolve adolescentes de 12 a 18 anos, mas a **Receita Federal** considera que foi tacitamente revogada pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Acompanhando o entendimento da relatora, ministra Maria Thereza de Assis Moura, a 1ª Seção entendeu que o aprendiz é empregado e que, segundo o artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o

contrato de aprendizagem é um "contrato de trabalho especial".

Para eles, "não se sustenta o argumento de que o aprendiz é segurado facultativo, na forma do artigo 14 da Lei nº 8.212/1991 e de seu correspondente artigo 13 da Lei nº 8.213/1991". Esses dispositivos, acrescentam, apenas trazem uma idade mínima para a filiação como facultativo. "A forma de filiação de uma pessoa com menos de 18 anos de idade que tenha um contrato de trabalho será a de empregado", afirmam os ministros no acórdão.

Assim, o colégio definiu a tese de que a remuneração decorrente do contrato de aprendizagem integra a base de cálculo da contribuição previdenciária patronal, da Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (GIIL-RAT) e das contribuições a terceiros.

Segundo especialistas, a decisão surpreendeu os contribuintes e pode ter impacto nas contratações de aprendizes pelas empresas. Em razão do aumento de custos, diz Márcio Miranda Maia, sócio do Maia Anjos Advogados, as empresas podem ter de rever suas políticas internas de contratação.

"A medida pode acabar produzindo um efeito deletério, reduzindo o acesso dos jovens ao mercado de trabalho e gerando resultado contrário à própria política social que fundamenta a implementação do programa", afirma.

O advogado defende que o vínculo entre aprendizes e empregadores tem como objetivo primordial o desenvolvimento educacional do jovem, e não constitui uma relação empregatícia comum. "Assim, a exigência de contribuições previdenciárias sobre tais valores pode contrariar o princípio da legalidade, que está no artigo 150, inciso 1, da Constituição Federal." Beatriz Bourguoy De Medeiros, tributarista do LLH Advogados, defendia o contribuinte em um dos recursos julgados pelo STJ (REsp 2191694). De acordo com ela, a decisão da 1ª Seção poderia ter se aprofundado mais no debate a respeito da relação de emprego.

"Esse ponto merece reflexão, pois, além de não haver na legislação dispositivo que equipare os aprendizes

aos empregados de maneira expressa, desconsidera a natureza jurídica especial do contrato de aprendizagem", diz.

Ela destaca, além do aumento do custo das empresas, que pode haver consequências no longo prazo para a **Previdência Social**, "na medida em que o tempo de contribuição do jovem aprendiz poderá ser contabilizado para concessão da aposentadoria".

Uma vez que o período de aprendizagem vai contar para a aposentadoria do trabalhador no futuro, "seria necessário que, nesse momento, o contrato representasse um ingresso de recursos para o **INSS** fazer frente à aposentadoria futura", defende Alessandra Brandão, professora de direito tributário da PUC-MG e sócia do Marcelo Tostes Advogados. "O contrato de aprendizagem é de trabalho, ainda que especial", afirma.

Segundo a especialista, embora haja possibilidade de impacto financeiro para as empresas, ele não será tão significativo, mesmo para as empresas que têm muitos aprendizes, uma vez que os salários pagos aos menores de idade costumam ser mais baixos.

A decisão também surpreendeu os defensores dos contribuintes porque ainda não havia jurisprudência consolidada no STJ. Até a afetação dos repetitivos, a Corte sequer conhecia os recursos dos contribuintes. Na maioria dos casos, eram mantidas as decisões favoráveis ao Fisco.

Uma decisão da 2ª Turma entendeu que, ao não equiparar menores aprendizes e menores assistidos, o tribunal de origem tinha respeitado a jurisprudência do STJ no sentido de que "a lei de outorga de isenção ou exclusão tributária deve ser interpretada literalmente" (REsp 2146118).

Na 1ª Turma, os ministros entenderam que a qualificação de segurado facultativo "não tem aptidão para afastar a contribuição previdenciária patronal incidente sobre os valores pagos aos menores aprendizes, na medida em que não ilide a qualificação deles como segurado empregado" (REsp 2150803).

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) foi procurada pelo Valor, mas não deu retorno até o fechamento da edição.

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

Para ter sucesso, CPI do INSS deve evitar armadilhas

Editorial

Nenhum governo gosta de comissões parlamentares de inquérito, afinal elas sempre oferecem distração da agenda do Executivo e dão palco a parlamentares opositoristas. Não é diferente com a CPI do **INSS**, comissão mista recém-instalada para esquadrihar as responsabilidades pelos descontos fraudados de aposentados e pensionistas. Por falha de articulação política, a base do governo não conseguiu eleger nem o presidente nem o relator. Mas a CPI também preocupa a oposição - pois, embora tenham explodido no governo Luiz Inácio Lula da Silva, as fraudes começaram na gestão Jair Bolsonaro.

Não faltam motivos para justificar o trabalho dos deputados e senadores. Na origem da proliferação dos descontos indevidos em aposentadorias e pensões, está a escassez de recursos enfrentada por sindicatos e associações de trabalhadores com o fim do Imposto Sindical, extinto na reforma trabalhista do governo Michel **Temer**, em 2017. Sem o dinheiro do imposto, sindicatos tiveram de justificar sua existência por meio de serviços prestados às categorias. Boa parte se viu em apuros, e vários aderiram à fraude nas aposentadorias e pensões.

Maior item do Orçamento da União, o **INSS** é alvo conhecido da cobiça de golpistas e, por consequência, de diversas operações da Polícia Federal. A Sem Desconto, lançada em abril a partir de informações da Controladoria-Geral da União (CGU), vasculhou a transferência ilegal de dinheiro a associações e sindicatos. Descobriu que entidades de classe formalizavam Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) sem anuência dos beneficiários e transferiam quantias modestas, descontadas dos benefícios, a diversas entidades sindicais.

Os valores eram baixos, mas, descontados de milhões de beneficiários, representavam o desvio de bilhões de reais. A CGU constatou que 97% não haviam dado autorização para as contribuições. Das 29 entidades auditadas pela CGU, 70% não haviam entregado documentação completa ao **INSS** para assinar os ATCs. Fraude em cima de fraude. Num primeiro momento, estimou-se que, entre 2019 e 2024, haviam sido surrupiados até R\$ 6,3 bilhões de segurados do **INSS**. Depois a estimativa foi reduzida para R\$ 2,1 bilhões, considerando apenas aqueles que

formalizaram pedido de reembolso, homologado pelo Supremo Tribunal Federal. Desse total, o **INSS** afirma já ter devolvido mais de R\$ 1 bilhão.

Ainda que o dano seja reparado, falta identificar e punir os culpados. Para isso, o trabalho da CPI do **INSS** pode ser fundamental. O importante é que os parlamentares se concentrem nas evidências e na investigação, contendo a tentação de acusar este ou aquele governo e o ímpeto pelos holofotes inerente a toda comissão de inquérito. A polarização só fará mal. Outro risco a evitar é o desvio de prioridades. A CPI não é pretexto para o Congresso deixar em segundo plano a votação de propostas essenciais, como a reforma administrativa ou a PEC da Segurança. O importante é que, à margem da polarização, a CPI identifique os responsáveis pela fraude bilionária e dê sugestões efetivas para evitar que crimes assim se repitam.

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2025/08/para-ter-sucesso-cpi-do-inss-deve-evitar-armadilhas.ghtml>

CPI vai ouvir 55 pessoas, como Careca do INSS, Lupi e ex-ministros da Previdência desde governo Dilma; entenda

A CPI do **INSS** aprovou convocações e convites para ouvir 55 pessoas. Na lista estão o empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como Careca do **INSS**, todos os ex-ministros da Previdência desde o governo Dilma Rousseff e ex-presidentes do instituto.

Serão chamados nomes como Carlos Lupi, ex-ministro da Previdência de Lula até maio deste ano, e Carlos Gabas, que chefiou a pasta nos governos petistas anteriores. Os parlamentares aprovaram também a convocação do advogado Eli Cohen, que denunciou fraude no órgão.

Também devem ser ouvidos nomes ligados ao bolsonarismo, como José Carlos Oliveira, último ministro do Trabalho e Previdência de Bolsonaro, além de uma série de ex-presidentes do **INSS** que se revezaram no comando da autarquia desde 2012 - entre eles Renato Rodrigues Vieira, Alessandro Stefanutto, Glauco Wamburg e Guilherme Serrano.

De acordo com o documento oficial publicado pela CPI, apenas o atual ministro da Previdência, Wolney Queiroz, e o ex-ministro Onyx Lorenzoni foram convidados, e não convocados. Há ainda na lista ex-diretores e presidentes de entidades e associações ligadas a aposentados e pensionistas.

Na primeira reunião como relator da CPI do **INSS**, o deputado Alfredo Gaspar (União-AL) apresentou o plano de trabalho que abrange investigar fraudes em benefícios pagos pelo instituto desde 2015, período que engloba o segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff.

A intenção de incluir a gestão da petista foi alvo de protesto de governistas, que ameaçaram não aprovar o documento de Gaspar, mas cederam depois de um acordo que veda a votação de requerimentos em bloco sem consenso, o que o governo avalia que pode blindar de uma convocação Frei Chico, irmão do presidente Lula e vice-presidente de um sindicato. Frei Chico não é investigado no caso das fraudes do **INSS**.

Lista de convocados e convidados

Ex-ministros

Ex-presidentes do **INSS**

Pedidos de informação aprovados

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/08/27/cpi-vai-ouvir-55-pessoas-como-careca-do-inss-lupi-e-ex-ministros-da-previdencia-desde-governo-dilma-entenda.ghtml>